



***O DISCURSO BIOLÓGICO NA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA QUESTÃO DE GÊNERO E  
SEXUALIDADE***

***EL DISCURSO BIOLÓGICO EN LA BASE CURRICULAR COMÚN  
NACIONAL Y SUS CRUCES EN LAS TEMAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD***

***BIOLOGICAL DISCOURSE IN THE NATIONAL COMMON  
CURRICULAR BASE AND ITS CROSSINGS IN THE ISSUES OF GENDER AND  
SEXUALITY***

*Hívina Dorzane Machado<sup>1</sup>*

*Caroline Barroncas de Oliveira<sup>2</sup>*

*Mônica de Oliveira Costa<sup>3</sup>*

*Maria Clara da Silva Forsberg<sup>4</sup>*

**RESUMO**

Este artigo tem como foco os discursos do currículo de Ciências, na Base Nacional Comum Curricular, sobre gênero e sexualidade. As análises problematizam de que maneira a Base constrói significados de gênero e sexualidade, no ensino de Ciências e tem como objetivos específicos: mapear as ideias de gênero e sexualidade nos anos finais do ensino fundamental, no currículo de Ciências, como também identificar os desdobramentos das ideias de gênero e sexualidade do conteúdo de ciências. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o trabalho contou com a Análise Textual Discursiva, na

<sup>1</sup> Mestranda em Ensino de Ciências na Amazônia. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

<sup>3</sup> Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas.

<sup>4</sup> Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

qual buscou as diferentes compreensões do material analisado. Como resultados foi possível perceber a exclusão do termo “gênero”, de um lado; de outro, a sexualidade aparece intimamente relacionada ao sexo. Observou-se padrões de ideologias oriundos da colonização, como os preconceitos e o apego a uma organização social, a partir dos aspectos biológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Ciências. BNCC. Gênero e sexualidade.

## RESUMEN

Este artículo se centra en los discursos del currículo de Ciencias, en la Base Curricular Común Nacional, sobre género y sexualidad. Los análisis problematizan cómo la Base construye significados de género y sexualidad en la enseñanza de Ciencias y tiene objetivos específicos: mapear las ideas de género y sexualidad en los últimos años de la escuela primaria, en el currículo de Ciencias, así como identificar las consecuencias de las ideas de género y sexualidad en los contenidos científicos. Por tratarse de una investigación cualitativa, el trabajo se basó en el Análisis Textual Discursivo, en el que se buscaron diferentes comprensiones del material analizado. Como resultado, se pudo notar la exclusión del término “gênero”, por un lado; por otra parte, la sexualidad aparece estrechamente relacionada con el sexo. Se observaron patrones de ideologías derivadas de la colonización, como prejuicios y apego a una organización social, basados en aspectos biológicos.

**PALABRAS-CLAVE:** Enseñanza de las Ciencias. BNCC. Contenido.

## ABSTRACT

This article focuses on the discourses of the Science curriculum, in the National Common Curricular Base, on gender and sexuality. The analyzes problematize how the Base constructs meanings of gender and sexuality in Science teaching and has specific objectives: to map the ideas of gender and sexuality in the final years of elementary school, in the Science curriculum, as well as to identify the consequences of ideas of gender and sexuality in science content. As it is a qualitative research, the work relied on Discursive Textual Analysis, in which it sought different understandings of the analyzed material. As a result, it was possible to notice the exclusion of the term “gender”, on the one hand; on the other hand, sexuality appears closely related to sex. Patterns of ideologies arising from colonization were observed, such as prejudices and attachment to a social organization, based on biological aspects.

**KEYWORDS:** Science Teaching. BNCC. Content.

\* \* \*

*É impossível separar a descrição simbólica, linguística da realidade -isto é, a teoria - de seus “efeitos de realidade”. A “teoria” não se limitaria, pois a descobrir, a descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção.*

Tomaz Tadeu da Silva

## Introdução

Em uma disciplina da pós-graduação, denominada: “Concepções e Diretrizes Curriculares nas Ciências”, foi onde tudo começou ou, melhor dizendo, onde as sementes germinativas foram lançadas na produção deste trabalho. Quando foi iniciada era esperado algo formatado para debater os currículos, compreender sua estrutura e objetivos. Logo a surpresa veio, porque o nome utilizado pelas professoras responsáveis era corpo-currículo e buscavam-se outros modos de enxergá-lo. O entendimento prévio sobre currículo vem da etimologia da palavra derivada do latim *curriculum*, que significa carreira ou curso, esclarece como será a organização e ordenamento daquilo que será aprendido ao longo da vida profissional ou acadêmica (Sacristán, 2018). Enfim, inicialmente aparentava ser um grande alívio ter estruturado a forma de como as coisas devem fluir e não ter o trabalho de criar, pois já estava definido. Porém, nesse outro modo de ver o currículo, possibilitava ver que esse dispositivo é uma linguagem carregada de discursos, significantes, significados e representações, entre outros elementos (Corazza, 2001) passível de interpretações, aberto.

Nessa disciplina, a convocação pelo viés pós-estruturalismo fez com que fossem mobilizados outros elementos para pensar o currículo. Primeiro, devido à utilização da palavra “corpo”, que rompia com a ideia fixada, como o biológico tradicionalmente associado ao corpo humano. Segundo, porque nesse corpo habitava inventividade, modos e discursos. Era necessário mudar as lentes para enxergar os diversos tecidos daquele corpo. Não se tratava de algo maciço, definido. Nessa perspectiva, o currículo é um documento arbitrário e ficcional, advindo de constantes negociações e jogos de poderes. Aqui ele também deseja e nós questionamos esse desejo e de onde ele vem (Corazza, 2001).

A partir da leitura do livro: *A invenção das mulheres*, escrito pela professora e pesquisadora nigeriana, Oyeronke Oyewumi, que a temática desse artigo se originou. No primeiro capítulo deste livro, a autora discorre como a organização de sua comunidade não era pautada no gênero, mas ao ser analisada por pesquisadores do Ocidente o parâmetro se voltava para “homem e mulher”, a professora atribui isso ao “determinismo biológico” da cultura Ocidental, de acordo com ela, seguimos uma “bio-lógica” para organização da sociedade (Oyewumi, 2021). O termo “biológica” gerou a curiosidade de compreender o currículo de Ciências no que tange ao gênero e sexualidade.

No Brasil, diante da multiculturalidade, as representações sociais ultrapassam a perspectiva que é reforçada pela Ciência Moderna e pela Psicologia, no sentido que o sexo biológico define o gênero, ou até mesmo justifica a hierarquia de gênero (Grubits, Derraut-Harri; Pedroso, 2005).

Daniel Nascimento e Vanessa Silva (2017), através de sua pesquisa, apresentam o colonialismo como um fator determinante na imposição da ideia de homem e mulher, gênero e sexualidade, apontando que a invasão não impactou apenas áreas como a economia, mas também as sociais. Melissa Jaeger *et al* (2019) afirmam, o colonialismo impõe um modo de ser e estar no mundo e como a cultura ocidental segue a lógica binária de gênero e influencia discursos dicotômicos não só nas questões de gênero e sexualidade, mas também em âmbitos religiosos e afetivos. Além da colonização, ao observar a história de modo geral, existe um esforço para interpretar o mundo através da dicotomia. Descartes defendia a ideia de que o corpo e mente eram distintos, gerando o clássico conflito de emoção *versus* razão (Castro; Andrade; Muller, 2006). Logo, esse debate associou as mulheres ao corpo e a sensibilidade e o homem à mente, à racionalidade (Moura, 2020), contribuindo para formas pejorativas, visto que segue o modelo cartesiano que prima a razão.

Diante dessa contextualização, ainda é possível observar como algumas culturas resistem às ideologias advindas da invasão. Nos estudos realizados por Sonia Grubits, Ivan Derraut-Harris e Maira Pedroso (2005) em diferentes comunidades indígenas do Brasil, constataram contrastes de atividades desenvolvidas por indivíduos do sexo masculino e feminino; porém, uma não era considerada mais relevante que outras, todas as atividades eram igualmente importantes, o que se mostra diferente das concepções hierárquicas de gênero trazida pela colonização.

Outro exemplo é apontando por Daniel Nascimento e Vanessa Silva (2017), a qual explica que, em sociedades latinas americanas existiam diversos gêneros não marcados pelo feminino e masculino, como os *Two spirits*, considerado um gênero fluido. Vale destacar que essas interpretações desempenham uma forma de tradução para a lógica dos estudos; entretanto, a própria concepção de gênero não existe em algumas culturas.

Outro ponto relevante para salientar é que este estudo não busca afirmar que as hierarquias de gênero, o machismo e os preconceitos de gênero não existem, em um país fortemente marcado pela colonização. Muitas dessas concepções foram impostas ao nosso povo. Justamente esses fatores históricos e sociais serão esmiuçados no decorrer

do trabalho, no intuito de refletir sobre um currículo que não reproduza violências de qualquer nível, e sim de respeito e apreciação das diferenças.

Portanto, parte-se da concepção de que o gênero é uma construção social e a identidade de gênero, de acordo com Judith Butler (2018), é performática, haja vista que há a reprodução de gesto e modos de como se espera que determinado gênero se comporte. Quanto à sexualidade, também há a premissa da construção social, sendo algo complexo, porque inclui prazer, desejos e diversas facetas, não podendo ser restrito apenas ao sexo biológico ou fazer uso dele para fins de reprodução.

Baseado nessa elaboração, surgiu a questão-problema: De que maneira a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constrói significados de gênero e sexualidade no ensino de Ciências? Como se considera a escola um espaço institucionalizado (Medeiros; Rosa; Castro, 2022), lugar responsável por promover a aprendizagem, também cumpre o papel de orientar a produção de valores, cultura e ideologias (Filho; Vidal, 2000). Para responder essa questão foi elencados como objetivo geral problematizar de que maneira a BNCC constrói significados de gênero e sexualidade, no ensino de Ciências e tem como objetivos específicos: mapear as ideias de gênero e sexualidade nos anos finais do ensino fundamental, no currículo de Ciências e identificar os desdobramentos das ideias de gênero e sexualidade do conteúdo de ciências.

Desta forma, o presente artigo traz a BNCC e suas indicações no ensino de Ciências (habilidades) sobre a questão do que seria gênero e sexualidade, percorrendo, através de aspectos culturais e históricos, no intuito de levantar reflexões sobre a atuação do ensino de Ciências como espaço democrático para a discussão sobre (con)viver na diferença de gênero e sexualidade.

### **Procedimentos Metodológicos**

Foi realizada uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa tem como uma das características gerais ser uma Ciência que produz textos que são interpretados hermeneuticamente (Günther, 2006); portanto, como estratégia analítica utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD). A ATD é um meio termo da Análise de Conteúdo e Análise de Discurso. A partir dela é possível analisar e interpretar os diferentes sentidos que um texto pode gerar (Moraes; Galiuzzi, 2006).

A metodologia consiste em um procedimento de 3 etapas. A primeira é a unitarização, na qual o texto é desconstruído em pequenos fragmentos, que correspondem

ao que se deseja investigar. A segunda etapa é a categorização em que os fragmentos semelhantes são agrupados. A terceira é a comunicação em que argumentos são aglutinados para embasar o meta-texto (Costa *et al*, 2022).

Na primeira etapa foram selecionadas três habilidades que desenvolviam temas relacionados ao gênero e à sexualidade. Cada habilidade foi desmontada em unidades de significado (US) e agrupadas em outras US semelhantes para categorização. Em virtude de serem textos pequenos, não foi necessário uma segunda fragmentação. A categorização resultou em cinco tópicos i) lógica biológica para compreender transformações complexas; ii) sexo resumido à reprodução; iii) sexo resumido à doenças; iv) tentativa de abranger a complexidade humana e; v) ética de cada categoria, que foi desenvolvida em meta-textos. Os meta-textos tiveram o intuito de explicar o que se conseguiu interpretar a partir dos processos anteriores (Moraes, 2003) e assim discutí-los.

### **BNCC dos anos finais do ensino fundamental e os atravessamentos nas questões de gênero e sexualidade**

Ao considerar que a Ciência tem grande impacto social, é necessário desconstruir a ideia de que ela é neutra e uma verdade absoluta. Nos discursos científicos é comum que as diferenças biológicas sejam determinantes do gênero (Souza; Arteaga, 2015), o que remete ao termo “bio-lógica”, da autora Oyewumi. Portanto, refletir sobre o atravessamento do dito currículo de Ciências, no que tange à sexualidade e ao gênero é essencial. O currículo, considerado como o documento nacional a BNCC, tem poder de definir quais conteúdos serão abordados, o que - em hipótese evita - enviesá-lo. Já no pensamento foucaultiano é considerado um artefato cultural e político e de grande influência no saber e no sujeito (Souza; Dornelles; Meyer, 2021).

Diante disso, a BNCC foi escolhida como objeto de pesquisa, pois é um documento normativo desenvolvido para a Educação Básica. Nela são definidas quais são as aprendizagens essenciais a serem mobilizadas nessa etapa, visando-se uma formação integral, justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018).

No que se refere ao ensino de Ciências, antes de analisar as habilidades referentes a gênero e sexualidade, verificou-se a introdução da área de conhecimento. No primeiro parágrafo, a BNCC relata que o estudo de Ciências “possibilita o aprimoramento do respeito de si e da diversidade” (Brasil, 2018, p. 325). Não fica explícito o que seria a

diversidade, mas percebe-se que o Ministério da Educação usa o termo como elemento central para a construção de uma educação de qualidade de reconhecimento e valorização as diferenças individuais e coletivas. No entanto, o termo diversidade atravessa o documento por um viés exclusivamente marcado pelo determinismo biológico como padrão das diferenciações existentes e como entendimento de que são posições identitárias dadas aos sujeitos. Para Anete Abramowicz, Tatiana Rodrigues e Ana Cristina Cruz (2011) enfatiza que há uma “glamourização” do conceito de diversidade e isto tem contribuído para o seu “esvaziamento político e social” e descaracterizando o seu processo de produção pela relação discursiva entre saber e poder. No decorrer do texto utilizaremos o termo diferença para contrapor o significado e sentido dado a diversidade pela BNCC, denotando o discurso da diferença enquanto resultado de um processo de produção simbólica e discursiva que se sujeita às relações de poder (Silva; Hall; Woodward, 2014).

Em “vida e evolução”, o texto discorre sobre estudar a vida como um fenômeno natural e social, interações entre seres humanos, modificações físicas e emocionais (Brasil, 2018, p. 327). Em contrapartida, ao observar as habilidades, só é falado sobre a temática em um único ano do Ensino Fundamental II e a abordagem é realizada priorizando apenas aspectos fisiológicos, isto é, enquanto vertentes culturais, subjetivas e sociais são tratadas com trivialidade.

Em outras palavras, a banalização desses conteúdos pode fortalecer pensamentos que contrariam o respeito e a diversidade, uma vez que o currículo pode validar discursos heteronormativos, como a autenticação da heterossexualidade, e o pensamento binário de feminino e masculino (Souza; Dornelles; Meyer; 2021). Tendo este discurso heterossexual como uma normativa, em que a diferença sexual se dá pelas partes do corpo ditos como naturais se faz uma propagação da ideia hegemônica tida como a comum, a “verdade” a ser ensinada, pois “fomos e somos ensinados/as em meio às lições de uma biologia deslocada dos contextos sociais, políticos e culturais mais amplos” (Santos, 2021, p. 282).

Além disso, para fins de análise, foram selecionados as habilidades que movimentam-se sobre os temas de gênero e sexualidade, mesmo de maneira intrínseca (tabela 1):

**TABELA 1:** Recorte de habilidades presente na BNCC

<b>COD</b>	<b>Habilidade</b>	<b>Temática</b>
EF08CI08	Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.	Sexualidade
EF08CI09	Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).	Gênero e sexualidade
EF08CI11	Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).	Gênero e sexualidade

Fonte: Brasil, 2018.

Pode-se perceber que, na unidade temática denominada “Vida e Evolução” (Brasil, 2018, p. 326), de onde foram tiradas essas habilidades, os objetos de conhecimento são apenas os mecanismos reprodutivos e a sexualidade, além de ficarem restritas à mobilização desses conhecimentos no 8º ano do Ensino Fundamental II. Limitar o corpo apenas a sua funcionalidade, como o de mecanismo reprodutivo é dessensibiliza-lo de suas diversas experimentações, um retrocesso ao modo de enxerga-lo de maneira fragmentada e instrumentalizada. O que coincide com o *modus operandi* dito por Michel Foucault (2014) sobre as práticas escolares como disciplinadoras e de assujeitamento em que se nega sua dimensão sensível e criativa. De modo geral, ao pesquisar (Control+F) o termo “sexualidade” no documento, aparecem apenas cinco resultados, o que é uma sinalização do alerta de Marlucy Paraíso (2016) em seu trabalho. A autora indicava que temas como gênero e sexualidade são rechaçados pela comunidade conservadora, que faz o possível para que haja um apagamento da abordagem desses assuntos, seja através do controle de livros, avaliações e até mesmo do ato de professorar. Questões sociais polêmicas e/ou controversas são diluídas do currículo e os não debates desses temas interferem no desenvolvimento da criticidade, autonomia e emancipação do sujeito (Santos; Miesse; Carvalho, 2021).

Apesar das pautas serem obrigatórias nos Parâmetros Curriculares Nacionais, não acontece o mesmo na BNCC. No Plano Nacional de Educação elaborado em 2001 com vigência até 2010 constou em suas diretrizes o estudo de temas relacionados a gênero e educação sexual, no ano de 2011-2020, sexualidade estava contemplada no eixo de Educação e Diversidade, porém nos anos seguintes os temas deixaram de serem citados (Barborsa; Viçosa; Folmer, 2019). O programa Brasil sem Homofobia, incentivado pelo governo de Lula e Dilma promoveu a cidadania e visibilidade de pessoas gays, lésbicas, transgeneras e bissexuais e se contrapôs ao que era normalizado na PCN quanto a sexualidade, dele se ramificou a “Escola sem Homofobia” (Carvalho, 2018). Assuntos relacionados a sexualidade que visam a desconstrução da heteronormatividade e dos corpos sofreram em diferentes épocas a ofensiva da corrente antigênero advinda do movimento conservador, o que justifica apagamento na educação básica e a limitação ao 8º ano. Isso se deve ao fato das crianças serem consideradas assexuadas e falar sobre o sexo, mesmo que superficialmente, é praticamente uma transgressão (Foucault, 1988), da visão conservadora é considerada um ataque a moral. Essa transgressão é compreendida quando se estuda os impactos do colonialismo, uma vez que o sexo passa a ser visto como algo sujo e pecaminoso e as formas de demonstração da sexualidade são determinadas como certas e erradas (Segato, 2012). Pode-se inferir que o currículo é um dispositivo que passa por constantes tensões e disputa por controle. Entretanto, o currículo é um artefato incontrolável, ele foge daquilo que se espera dele, ou seja: a homogeneização, o autoritarismo, ou melhor, o prescrito (Martins; Da Silva, 2021). Fabiana Carvalho e Adalberto Inocêncio (2022) propõem pensar uma pedagogia pirata, como uma alternativa aos discursos normativos que visam modular os corpos, uma forma de esperança contra o neocolonialismo e neoconservadorismo, estar pirata é navegar pelo estranho e se abrir possibilidade de explorar outros modos de educação.

A fim de encontrar o que foge na BNCC, o conceito de sexualidade, que se refere ao prazer, relações e desejos, é visto como uma construção social, cultural e histórica (Souza; Dornelles; Meyer 2021); ou seja, algo complexo. No entanto, ainda é simplificado no currículo a sexo e a reprodução humana (Araújo, 2022), o que é nítido na habilidade EF08CI09.

Além disso, o sexo é definido como o corpo pelo qual a sexualidade é expressa, relacionado ao sistema físico (Leite; Meirelles, 2021). Já o termo “gênero” é descrito como algo para além do sexo biológico, sendo também uma construção cultural e o modo do indivíduo ser e estar na sociedade (Ribeiro; Da Costa, 2022). Apesar de serem

conceituados separadamente, de acordo com os discursos ocidentais, os corpos físicos também são sociais; logo, gênero e sexualidade são interligados entre si (Oyewumi, 2021). Ou seja, mesmo que a competência EF08CI11, da BNCC, não utilize a palavra “gênero”, dentro da lógica ocidental moderna, fica subentendido a presença dela.

Salienta-se que, mesmo de forma oculta no documento, os gêneros são vistos a partir da ótica binária colonizadora no ensino de Ciências, ao deixar de lado as multiplicidades do sujeito. Historicamente, as pluralidades de gênero existem desde a época pré-intrusão, nas comunidades latinos-americanas, nas quais não se seguia uma “bio-lógica”. Em determinadas culturas, o gênero podia ser definido até mesmo através de sonhos (Nascimento; Silva, 2017).

Ao desmontar essas habilidades, surgiram cinco Unidades de Significado: i) Corpo biológico; ii) métodos de contracepção; iii) prevenção a DST 's; iv) subjetividade; e v) ética e moral (Tabela 2). Na ATD as Unidades de Significados são definidas de maneira indutiva, ou seja, partem do particular para geral.

**TABELA 2:** Unidades de Significado

<b>Habilidade</b>	<b>Desmontagem</b>	<b>Unidades de Significado</b>
EF08CI08	Analisar e explicar as mudanças que ocorrem durante a puberdade a partir dos hormônios sexuais e sistema nervoso.	Corpo biológico
EF08CI09	Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos.	Métodos de Contracepção
	Justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce.	Métodos de Contracepção
	Justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção de DST's.	Prevenção a DST's

EF08CI11	Argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana.	Corpo biológico
	Dimensões biológicas.	Corpo biológico
	Dimensões socioculturais.	Subjetividade
	Dimensão afetiva.	Subjetividade
	Dimensão ética.	Ética e moral

Fonte: Autoras, 2023.

No processo de categorização, as categorias emergentes foram: i) lógica biológica para compreender transformações complexas; ii) sexo resumido a reprodução; iii) sexo resumido a doenças; iv) tentativa de abranger a complexidade humana e; v) ética.

Na primeira categoria, “lógica biológica para compreender as transformações complexas”, os hormônios sexuais e o sistema nervoso são utilizados como argumentos que justificam e evidenciam as mudanças presente na vida humana. Percebe-se na desmontagem do texto a necessidade de utilizar fatos biológicos para compreender transições que apenas a fisiologia não responde. A puberdade é marcada pela transição da infância para a vida adulta, haja vista que nela ocorrem modificações físicas e psicossociais (Moraes *et al*, 2019). Isto significa que, apesar da biologia embasar determinadas transições sobre essa fase, a questão social tem impacto na formação do sujeito quando se fala sobre o psicossocial, e esse ponto é mais profundo e filosófico.

Além da tentativa de levantar argumentos biológicos, vale ressaltar que aspectos físicos são utilizados desde antes do século XIII para inferiorizar a mulher em relação ao homem, levantando argumentos que a mulher é secundária ao homem, uma vez que a anatomia masculina era utilizada como referência (Laqueur, 1992). Então, alerta-se sobre os cuidados em estabelecer conteúdos no currículo pois, pode resultar em interpretações que reforcem perspectivas retrógradas.

Na segunda categoria, os termos “contraceptivos e prevenção a gravidez precoce” são fortemente recorrentes. Entende-se a importância de debater sobre métodos de prevenção e controle de natalidade, ainda mais considerando o número de gravidez durante a adolescência, que chega em média a 400 mil casos por ano, e impacta a vida da mãe e do filho, além de intensificar problemas socioeconômicos (AMB, 2019). Porém, como o objetivo desta pesquisa é problematizar de que maneira o currículo constrói

significados de gênero e sexualidade, no ensino de Ciências, foi analisado que a sexualidade é interligada diretamente ao ato sexual, como aponta Luiz Araújo (2022):

(...) normatiza o sexo como um prazer masculino e à reprodução da espécie, por meio do qual a figura feminina é vista apenas como oportunidade de manter a geração humana. Essa compreensão tem, ao longo dos anos, conseguindo superar a ideia da sexualidade como sexo, e da mulher como submissa ao homem no ato sexual (Araújo, 2022, p. 265).

Apesar dos avanços sobre o pensamento equivocado de sexualidade serem somente sexo e à mulher inferior ao homem, ainda existe o restringimento da sexualidade ao ato sexual e, conseqüentemente, a gravidez, o que reestabelece padrões de discursos que perpassam os corpos físicos e atingem corpos sociais, no caso homem e mulher. Esse padrão também foi observado nos estudos de medicina, o corpo da mulher aparecia somente associado a reprodução, enquanto o referencial para todos os outros conteúdos era o masculino (HEERDT *et al*, 2018). Os materiais didáticos no ensino de Ciências da Natureza também reforçam a dualidade de homem e mulher, como no caso dos hormônios que são atribuídos a determinado sexo, Bettina Heerdt e Irinéa Batista (2017) escrevem sobre a necessidade de reflexões das questões de gênero na Formação Inicial e Continuada.

Guacira Louro (2003) relata como a escola ensina comportamentos relativos à menina e ao menino, de acordo com um ideal pressuposto cultural, que se pode até relacionar ao o próprio pensamento da Igreja, uma vez que, dentro do objeto de conhecimento “sexualidade”, é enfatizado vários aspectos relacionados à gravidez. O catolicismo também atua de forma familiar, a prática sexual é legitimada quando realizada por casais heteroafetivos e tem como fruto a gestação, então está dentro do esperado. Mas, quando são por gays ou lésbicas não é validado, pois não há, de forma dita natural, a concepção (Peixoto, 2020), isso demonstra representações históricas e culturais que atravessam o currículo, pois ao falar de sexualidade se liga diretamente à gravidez e às doenças, como será discutido mais adiante.

Na desmontagem da habilidade EF08CI09, no que tange à gravidez, fala-se sobre a necessidade do compartilhamento na escolha e na utilização do método contraceptivo, aqui faz-se um adendo do que é entendido nas entrelinhas.

Em um estudo realizado pelas autoras Flavia Souza, Ivette Munoz e Izabela Visentin (2020), que relata como padrões sociais refletem na vida sexual heteroafetiva, observa-se que as mulheres se submetem à decisão do homem quanto ao método contraceptivo devido à hierarquia de gênero presente na sociedade patriarcal. Existe a tentativa do currículo de diminuir a desigualdade de gênero nas decisões relacionadas ao sexo; porém, limitar a discussão desses assuntos ao 8º ano é obstaculizar o potencial que esse diálogo poderia gerar durante todo o período escolar.

Os possíveis potenciais seriam: a mulher reivindicar a autonomia e autoridade sobre seu corpo, pois a decisão afeta a vida de ambos e, em caso de uma gravidez indesejada, essa responsabilidade recai principalmente sobre a mulher que, de acordo com dados do IBGE, no período de 2005 a 2015, evidenciou um aumento significativo de 16% de famílias gerenciadas por mães solo (Souza; Reis, 2021). Entre os diversos motivos, a visão estereotipada da mulher como cuidadora pode impactar esses dados, uma vez que as mulheres são demandadas excessivamente para serem responsáveis pelos cuidados de crianças e idosos, além das tarefas domésticas (Souza; Munoz; Visentin, 2019). O mito do instinto materno é um “argumento” fortemente utilizado para submeter a mulher a padrões comportamentais considerados femininos, pressupondo a maternidade como algo natural e fisiológico que proporcionará a realização (Santos, 2022).

Antes da discussão a respeito da categoria “sexo resumido a doenças”, salientamos que a sigla DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) não é mais utilizada, pois foi substituída por IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), uma vez que é possível que ocorra a transmissão sem a manifestação de sintomas (Brasil, 2016).

No entanto, para fins de análise, o termo "doença" será debatido, pois é o que está presente no documento e, ao que parece, a sigla incorreta passou despercebida - ou não. Através do currículo, reforça-se um pensamento antigo, mas ainda presente, do sexo como algo promíscuo relacionado diretamente ao pecado (Segato, 2012). Novamente, entende-se a importância de se levantar o assunto em sala de aula com o intuito de prevenção e conscientização. O próprio documento deixa explícita, na contextualização da área, a relevância de que o aluno desenvolva o cuidado e respeito com seu corpo e com o corpo do outro a fim de promover a saúde individual e coletiva e mobilizar esses debates, inclusive, com as políticas públicas (Brasil, 2018). Ainda assim, a análise de dados demonstra uma limitação de conteúdos relacionados à sexualidade. Primeiramente, nota-se o termo "sexualidade" ligado apenas ao ato sexual e a repetição de discursos sobre o sexo para a reprodução e como meio de contrair infecções.

A Igreja teve um papel significativo na ampliação do estigma em torno do ato sexual e no Brasil (Peixoto, 2020), haja vista a presença de diversas religiões, com destaque para o catolicismo, algo que pode ser atribuído ao processo de colonização.

O catolicismo tem uma responsabilidade social e cultural devido ao grande impacto na vida de seus adeptos, porém recorre às ideais tradicionais e moralistas, como aceitação do sexo somente após o casamento heterossexual, por exemplo. Como resultado, proíbe o exercício da sexualidade (Peixoto, 2020). Esse tipo de discurso fundamenta a homofobia e falas preconceituosas, como no caso do vírus HIV incidente em homossexuais, devido à falta de orientação entre outros fatores. No entanto, o olhar religioso está relacionado ao castigo de Deus (Oliveira, 2019).

No jogo de poder entre colonizado e colonizador, um dos princípios é levar o outro a acreditar que são inferiores. Como a Igreja valida o casamento entre homem e mulher, logo o homossexual não é legitimado e, ainda por cima, é considerado depravado e problemático (Peixoto, 2020).

Para além dessas problemáticas, reforça-se que a nova BNCC teve retrocessos relacionados à educação sexual, haja vista que, desde 2015, iniciaram-se discursos contra a abordagem desses temas por parte de grupos conservadores, que ganharam força até a consolidação da nova Base Nacional Comum Curricular, fundamentada em crenças religiosas (Ribeiro; Monteiro, 2019).

Restringir a educação sexual apenas a um ano do Ensino Fundamental II e com predominância do patriarcalismo, heteronormatividade e homofobia é colocar em vulnerabilidade e exclusão as crianças e adolescentes que vivem como pessoas homossexuais e todas as outras sexualidades diferentes da normatizada, bem como incentivar o ódio contra essas pessoas invisibilizadas pela BNCC e por esse ensino de ciências proposto por ela. Em outros termos, “O currículo é fundamental na luta pela desconstrução dos discursos e dos significados que produzem a norma, que discriminam e excluem” (Paraíso, 2023, p. 110). A categoria definida como “tentativa de abranger a complexidade humana” emergiu a partir dos termos “dimensões socioculturais e afetivas” utilizados na habilidade EF08CI11, no sentido de múltiplas sexualidades. Essa é a única habilidade que abre espaço para o diálogo sobre diversidade de gênero e sexualidade; porém, não se sabe como de fato isso acontece na prática.

No estudo realizado por Araújo (2022), é demonstrado de maneira cronológica o apagamento da pauta de gênero, pois na primeira versão do documento é explícito o objetivo de que se promova respeito ao outro, sem discriminação, mas na última versão é

dito apenas sobre a seleção de argumentos que evidenciem a pluralidade. Em nenhum momento, no currículo de Ciências, além do Ensino Fundamental I, é mencionado o respeito às diferenças, o que torna o cenário preocupante, uma vez que a homofobia e a discriminação são apontadas como uma das principais causas da evasão escolar (Dinis, 2011 apud Leite; Meirelles, 2021). Parte-se da percepção do papel da escola como espaço de aprendizado não só de conhecimentos específicos de determinadas disciplinas, mas também na formação integral do sujeito. Dentro da perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), é de enorme valia atingir uma sociedade igualitária; portanto, questionar o determinismo biológico, ou seja, a Ciência e seus impactos na sociedade, é válido na Educação Básica (Souza; Arteaga, 2015).

A última categoria é sobre ética, uma vez que na BNCC é dito sobre argumentos que evidenciam as múltiplas dimensões da sexualidade, sendo uma delas a ética. A ética e a moral refere-se ao conjunto de costumes de uma sociedade e considerados como valores e regras que orientam o comportamento; para diferenciar, a ética seria a filosofia que estuda a moral (Altmann; Martins, 2009).

Na educação sexual, desenvolver essa dimensão é essencial; entretanto, a BNCC não deixa claro de que forma pode ser trabalhado esse aspecto. Embora, de modo superficial, a concepção de ética surge como uma forma de refletir sobre as consequência das ações humanas sobre o outro (Melero, 2006), existe também uma variação histórica e cultural na interpretação da mesma. Isto é, nenhuma sociedade tem como regra geral filhos fora de um grupo familiar, o que acontece é o oposto, mas emergem movimentos de mulheres que escolhem ter filho mesmo sem estarem em um casamento em determinados lugares (Marina, 2003); então, questiona-se: Esses movimentos são éticos? É necessário refletir se a professora tem a formação adequada para desenvolver o campo da ética, que é filosófico e abstrato.

Na análise das categorias foi perceptível as amarras e retrocessos acerca das pautas, através do meta-texto constatou-se alguns discursos ultrapassados, mas ainda presentes. Questionou-se: Quais são as tendências da nova BNCC?

No currículo de Ciências, a sexualidade e o gênero são abordados de forma marginalizada, ao tentar omitir a abrangência dos temas, caíram na repetição de visões patriarcais, machistas, estereotipadas, preconceituosas que podem continuar gerando exclusões, discriminações e mortes no presente e no futuro. Mas, como Marlucy Paraíso (2023) nos convoca a dizer, há resistência a essa exclusão do tema de gênero e, também, à redução da ideia de sexualidade a sexo pela perspectiva patriarcal, pois, “considera de

grande importância mostrar o funcionamento de relações de poder que tem violentado, estuprado, matado, aniquilado possibilidades, subjugado pessoas e tornado muitas vidas, portanto, impossíveis de serem vividas” (p.122).

Salienta-se algumas produções que mobilizam uma *Educação de biologia menor* (Santos; Silva, 2019; Santos; Martins, 2020; Santos, 2021; Santos; Silva; Martins, 2021) em que criam fissuras nas tendências de um Ensino de Ciências maior e por essas porosidades constituídas as existências de gênero e sexualidades se inventam enquanto docências aprendizes que:

[...] abrem-se às brechas e ao impensável, de modo a possibilitar e potencializar mergulhos em territórios que não deixam escapar a heterogeneidade e a multiplicidade de vozes que não interditam nem conformam os gêneros e as sexualidades às genitálias, às configurações cromossômicas, às linguagens bioquímicas e às estruturas neuroanatômicas. Elas deslizam e fazem percorrer zonas de variações, dis-con-junções entre os campos biológicos, sociais, históricos, filosóficos, artísticos e... e... (Santos, Silva, Martins, 2021, p.385).

Em suma, existe espaço para as diferenças e acredita-se em um fazer curricular com gênero e sexualidade que dê passagem à vida e todas as formas delas existirem. E, principalmente, no estar mulher para outros arranjos possíveis dentro do fazer científico, da docência e da vida.

### **Considerações Finais**

Foi possível observar como a sexualidade e o gênero, ao serem vinculados diretamente ao conceito de sexo, simplificam e ignoram a pluralidade e a complexidades das vivências e experimentações do corpo. Além da relação equivocada entre os termos, também se registrou a omissão de gênero na Base Nacional Comum Curricular, o que pode demonstrar regressos no desenvolvimento do documento normativo e a falta de um olhar atento para as problemáticas relacionadas à discriminação e preconceito de gênero tão presentes na sociedade. A escola e a produção curricular no nosso país devem ter compromisso para amenizar esses problemas sociais.

No contexto da área de Ciências da Natureza aqui trabalhado, percebe-se a tentativa de minimizar debates que fujam da bio-lógica. A BNCC ao correlacionar sexualidade apenas a reprodução, gravidez e doenças inviabiliza a compreensão e

vivência do corpo e da sexualidade. Ao determinar que o corpo se restringe a sua mecanicidade impede outras formas de existir e ressignificar o corpo.

No processo de categorização, os desdobramentos que a BNCC passa ao debater sobre sexualidade é basicamente ao ato sexual, reprodução humana e DST's, o que pode gerar mais estigmas em relação às temáticas. Essa representação é resultado do longo processo de colonização que impactou o Brasil repercute nos dias atuais, como a influência da Igreja sobre a sexualidade e gênero, pois antes da invasão havia diferentes formas de existir nas sociedades latino-americanas, exterminadas pelo discurso do colonizador. Além disso, grupos conservadores ainda se mantêm reproduzindo e ditando como a verdade de ser vivida, apagando todo discurso que se atreva a dizer ao contrário.

A problematização e o estranhamento, ao analisar os fragmentos das habilidades destacadas, possibilitou chegar a tais resultados e, com eles, espera-se que motive trabalhos futuros para uma análise crítica do que é normatizado para os professores e escolas pelo currículo base e onde ele quer chegar, sobretudo ao ignorar temas de extrema relevância para uma sociedade justa, igualitária e de respeito às diferenças.

A partir de uma abordagem pós-estruturalista, é essencial reconhecer o currículo não como um instrumento neutro ou estático, mas como um território de disputa em que discursos de poder, saber e verdade são constantemente negociados e ressignificados. Entrar na disputa discursiva entre a biologia como projeto de sociedade e outras lógicas possíveis para educações de gêneros e sexualidades nos movimenta para pensarmos em éticas de cuidado, uma vez que “Nas práticas culturais que povoam a escola, a biologia é outra... Os corpos tornam-se inclassificáveis, vivem e se organizam para além de seus funcionamentos fisiológicos. Relacionam-se consigo e com outros e também resistem!” (Carvalho, 2018, p.171). Nesse cenário cultural vislumbramos potência de criação e intenções discursivas de (re)existências corporais, pois esta estratégia de problematizar a discursividade predominante biológica como única permite desestabilizar os sentidos instituídos pelo determinismo biologizante de nossas subjetividades e cuidar dos efeitos inventivos de linguagens que carregamos em nossos corpos.

E aqui registra-se o Sim à Vida e à convivência com todos os tipos de gênero e qualquer modo de viver seu desejo ou sua sexualidade, pois os discursos antigênero, antifeministas, anticiência que destitui, subalterniza e silencia o caráter científico desses temas, não apequenarão outros modos de viver na diferença.

## Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa de estudos, à Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, pelo auxílio-pesquisa FAPEAM/POSGRAD 2024-2025. Em oportunidade, estendemos os agradecimentos à Universidade do Estado do Amazonas -UEA, ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências na Amazônia - PPGEEC e ao Grupo de Pesquisa Vidar em In-tensões, pois todos foram fundamentais para essa pesquisa.

## Referências

- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. V.1 n. 2. p. 85-97, 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38/20> Acesso em 03 jan. 2025.
- ALTMANN, Helena; MARTINS, Carlos José. Educação sexual: ética, liberdade e autonomia. **Educar em Revista**, n. 35, p. 63-80, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LwmhPjksPdYrwjkm4NdRXCw/>. Acesso em 28 jun. 2023.
- ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 1, p. 263-286, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/65331>. Acesso em 12 jun. 2023.
- AMB - ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **Gravidez na adolescência, são mais de 400 mil casos por ano no Brasil**. SP, 2019 Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia/> Acesso em 10 jul. 2024.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

CASTRO, Maria da Graça de; ANDRADE, Tânia M. Ramos; MULLER, Marisa C. Conceito mente e corpo através da história. **Psicologia em estudo**, v. 11, p. 39-43, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/SbNh8XMXRgHQRthYPfDRmnJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26 jun. 2023.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades- e as diferenças: aproximações e distanciamentos**. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência e Matemática) Universidade Federal de Maringá, 2018. Disponível em: [http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/8474/1/Fabiana%20Aparecida%20de%20Carvalho\\_2018.pdf](http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/8474/1/Fabiana%20Aparecida%20de%20Carvalho_2018.pdf) Acesso em 03 jan. 2025.

CARVALHO, Fabiana Aparecida; INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. CORPOS CAMBIANTES EM “A CIDADE DOS PIRATAS”: É POSSÍVEL UMA PEDAGOGIA “LAERTE” PARA ABALAR AS COLONIALIDADES E OS FASCISMOS IMPOSTOS AOS GÊNEROS?. **Margens**, v. 16, n. 26, p. 137-165, 2022.

CORAZZA, Sandra Mara. O que quer um currículo. **Pesquisas pós-críticas em educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, Mario Jorge Nunes *et al.* Possibilidades do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para o Letramento Matemático segundo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. e326111234637-e326111234637, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Info/Downloads/34637-Article-385507-1-10-20220916.pdf> Acesso em 09 jul. 2023.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, p. 19-34, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Máira. Mulheres indígenas: poder e tradição. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 363-372, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/DpMvQpVB7KBxKxVc7ZHp3Vc/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 abril 2023.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 jun. 2023.

HEERDT, Bettina; SANTOS, A. Paula. O. ; OLIVEIRA, A. C. B. ; FERREIRA, F. M. ;

ANJOS, M. C. ; SWIECH, M. J. ; BANCKES, T. N. . Gênero no ensino de Ciências publicações em periódicos no Brasil: o estado do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática*, v. 2, p. 217, 2018.

HEERDT, Bettina; DE LOURDES BATISTA, Irinéa de Lourdes. Representações sociais de ciência e gênero no ensino de Ciências. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 3, p. 995-1012, 2017.

JAEGER, M. B.; LONGHINI, G. N.; OLIVEIRA, J. M. de; TONELI, M. J. F. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 1–16, 2019. DOI: 10.9771/peri.v2i11.28011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28011>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LEITE, Vinicius Souza Magalhães; MEIRELLES, Rosane Moreira Silva de. Perspectivas curriculares sobre a temática gênero e sexualidade no ensino de ciências e biologia: controvérsias no PCN e na BNCC? *Revista Teias*, v. 22, n. ESPECIAL, p. 28-47, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/61586>. Acesso em 23 jun. 2023.

LAQUEUR, Thomas. Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud. *Harvard University Press*, 1992. Disponível em: [Thomas Laqueur - Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud.pdf \(usp.br\)](#) Acesso em 04 fev. 2023.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2003.

MARINA, José Antonio. La sexualidad y la ética. *Estudios de juventud*, p. 9-17, 2003. Disponível em: <https://www.injuve.es/sites/default/files/03%20SEXUALIDAD%20Y%20ETICA.pdf>. Acesso em 23 jul. 2023.

MARTINS, Marília Frade; DA SILVA, Lêda Valéria Alves. Por um currículo-fenda. *Revista PINDORAMA*, v. 12, n. 1, p. 8-8, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/Pindorama/article/view/909>. Acesso em 14 maio 2023.

MEDEIROS, Tatiana Roberta; DA ROSA, Marcelo Victor; DE CASTRO, Jeimis Nogueira. As hierarquias de gênero no ensino da educação física: a prática pedagógica nos olhares de alunos/as e professores/as do ensino fundamental II. *Diversidade e Educação*, v.10, n. 2, p. 213-242, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14911>. Acesso em 14 jun. 2023.

MELERO, Miguel López. La ética y la cultura de la diversidad en la escuela inclusiva. *Sinéctica*, n. 29, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/998/99815739002.pdf> Acesso em 23 jun. 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 12, p. 117-128, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 05 jan. 2023.

MORAES, Laura *et al.* Iniciação sexual precoce e fatores associados: uma revisão da literatura. **Psicol Saúde Doenças**, v. 20, n. 1, p. 59-73, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200105>. Acesso em 24 jun. 2023.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 02, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzjdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14. Jan. 2023.

MOURA, Cristiane. Corpo feminino e liberdade em Beauvoir: uma análise feminista fenomenológica. **Em curso**, v. 7, p. 14-23, 2020. Disponível em: <https://www.emcurso.ufscar.br/index.php/emcurso/article/view/291>. Acesso em 09 jun. 2023.

NASCIMENTO, Daniel Braga; SILVA, Vanessa Ramos. Gênero e de colonialidade: masculino e feminino como imposição colonial. *In*: BIACCHI, Eduardo; SQUEFF, Tatiana; BRANDÃO, Clarissa. **Direitos humanos, feminismo e decolonização na américa latina**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. p 235-251.

OLIVEIRA, Brendhon Andrade. As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 01, p. 254-259, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9942/6756>. Acesso em 10 jul. 2024.

OYEWUMI, Oyeronke. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org) Acesso em 14 jun. 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos**: teorias e políticas. São Paulo: Contextos, 2023.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. Igreja Católica e Homossexualidade: conflitos e perspectivas. **Numen**, v. 23, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22145>. Acesso em 23 jun. 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; DE SOUZA MONTEIRO, Solange Aparecida. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p.1254-1264, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701?articlesBySameAuthorPage=3>. Acesso em 25 jun. 2023.

RIBEIRO, Luiz Paulo; DA COSTA, Mariana Esteves. Eu não dou conta disso: representações sociais de professores da educação básica sobre alunas travestis e

transexuais. *Diversidade e Educação*, v. 10, n. 2, p. 268-293, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14465>. Acesso em 23 jun. 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertidumbres sobre el currículum**. Ediciones Morata, 2018.

SANTOS, Mariana. Rodrigues. dos . A Construção da Figura Materna em As Alegrias da Maternidade, de Buchi Emecheta. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 8, n. Especial. 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/14735>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Trans-tecendo os territórios da educação em biologia: tessituras com os corpos, gêneros e sexualidades. In: RIZZA, Juliana Lapa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa; COSTA, Ana Luiza Chaffe. **Tecituras** - sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. p. 99-110.

SANTOS, Sandro Prado; MARTINS, Matheus Moura. Entre encontros e ensino de biologia e gêneros e sexualidades: sopros e insurgências de uma biologia menor. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 141-152, 2020. DOI: 10.46667/renbio.v13i1.314. Disponível em: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/314>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; MARTINS, Matheus Moura. Educação em biologia menor: livros didáticos e redes possíveis de desterritorialização de gêneros e sexualidades. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p.382-398, maio/ago. 2021. DOI: 10.34019/1984-5499.2021.v23.33778. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33778/23088> Acesso em: 13 jun.2024.

SANTOS, Santos Prado. Corpos, gêneros e sexualidades nos territórios da educação em Biologia: cartografias de disputas e de (re) existências. In: SANTOS, Sandro Prado; FERREIRA, Gustavo Lopes; VIGÁRIO, Ana Flávia. **(Bio) grafias: nós e entrenós na educação em ciências e biologia**. Uberlândia: Culturatrix, 2021. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-65-86889-07-9>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MIESSE, Maria Carolina; CARVALHO, Fabiana Aparecida. As questões de gênero e sexualidade e o movimento escola sem partido: qual o impacto para a base nacional comum curricular?. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p. 509-531, 2021.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces** [Online]. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 13 jun. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. 14. ed. Petrópolis - Rj: Editora Vozes, 2014.

SOUZA, Carla Araujo de; DE OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. O cinema e a educação como possibilidade de empoderamento feminino: estrelando: mulher-maravilha. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. 1, p.428-458, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13026>. Acesso em 23 jun. 2023.

SOUZA, Hemilly Cerqueira; ARTEAGA, Juan Manuel Sánchez. Possíveis contribuições das epistemologias feministas para o ensino de ciências. **Encontro nacional de educação em ciências**, X, p. 1-8, 2015. Disponível em: <https://www.abrapec.com/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R2147-1.PDF> Acesso em 01 março 2023.

SOUZA, Elaine de Jesus; DORNELLES, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpos que desassossegam o currículo de biologia:(des) classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 1, p. 278-300, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44664>. Acesso em 10 jan. 2024.

SOUZA, Flávia Moreno Alves; MUÑOZ, Ivette Kafure; VISENTIN, Izabela Calegario. Contexto de vulnerabilidade de gênero no uso do preservativo masculino. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 20, n. 1, p. 243-267, 2020. Disponível em: [https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/1004](https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1004). Acesso em 10 jun. 2024.

SOUZA, Paloma Braga Araújo de; REIS, Fabrina Umbelina macedo do. Um olhar feminista sobre o exercício da parentalidade após a separação. **Revista Conversas Civilísticas**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/conversascivilisticas/article/view/44623>. Acesso em 23 jun. 2023.

Recebido em outubro de 2024.

Aprovado em novembro de 2024.